



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 15**

**O DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO  
BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90**

**ZILNEIDE O. FERREIRA**

ABRIL/2008

**Texto de Discussão**

Ano 7 - nº 15 - abril/2008

**Reitor da Universidade Federal do Piauí**

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

**Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras**

Prof. Ms. Antonio Fonseca Neto

**Chefe do Departamento de Ciências Econômicas**

Prof. Ms. Samuel Costa Filho

**Coordenador do Curso de Ciências Econômicas**

Prof. Ms. Fernando Rocha Veras Araújo

**Editado pelo DECON**

**Responsável**

Prof./DECON Ms Samuel Costa Filho

**Conselho Editorial**

Prof./DECON Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Prof./DECON Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro

Prof./DECON Dr. Solimar Oliveira Lima

Prof./DECON Ms. Fernanda Rocha Veras Araújo

Prof./DECON Ms. José Lourenço Candido

FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.15, a.7 (abril 2008) - Teresina: UFPI, 2008 - ISSN 1678-1988

1.Economia - Periódicos

CDD 330.05

# O DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90

Zilneide O. Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata da questão do desemprego no setor bancário brasileiro, na década de 1990. A investigação parte do conceito de desemprego, de teorias econômicas relacionadas ao emprego e das formas de gestão da produção e do trabalho, seguindo com uma contextualização histórica da formação do mercado de trabalho brasileiro, do sistema financeiro e da conjuntura brasileira (entre os anos de 1970-90), com o objetivo de investigar as causas do desemprego no setor bancário e de fazer um balanço do desemprego nesse setor, nos anos 90 - período em que ocorreram grandes transformações devido à reestruturação produtiva da economia.

**Palavras-chave:** desemprego, neoliberalismo, reestruturação e automação.

## INTRODUÇÃO

O crescente desemprego da mão-de-obra nas últimas décadas é um tema de discussão global. Nos últimos 20 anos, esse problema se tornou um verdadeiro drama, atingindo não somente os países emergentes, mas até os países desenvolvidos. No Brasil, na década de 90, elementos de ordem econômica, social e tecnológica provocaram grandes transformações que afetaram diretamente a classe trabalhadora, elevando em muito o nível de desemprego.

O objetivo deste artigo é analisar o desemprego no setor bancário da economia brasileira verificado nos anos 90. E, para esse fim, busca explicar as suas causas. Para tal, esse estudo parte do conceito de desemprego e segue com uma abordagem das teorias econômicas sobre a questão do emprego e do desemprego, adentrando ainda na questão das formas de gestão do trabalho e do emprego. Realiza também uma breve

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Econômicas pela UFPI e mestranda em Ciência Política na mesma instituição.

contextualização histórica da formação do mercado de trabalho brasileiro, do sistema financeiro e do comportamento da economia brasileira entre os anos de 1970 a 1990.

Nesse contexto, do ponto de vista macroeconômico, serão abordados os fatos históricos político-econômicos que influenciaram as mudanças verificadas na economia brasileira na década de 1990 - como o desenvolvimento tecnológico, a expansão do sistema financeiro internacional para os países do Terceiro Mundo e o ajustamento estrutural da economia brasileira. No âmbito microeconômico, será analisado o efeito da reestruturação produtiva sobre o número de empregados, bem como o impacto das tecnologias implantadas no setor bancário brasileiro - processo conhecido como automação bancária -, que faz parte da reestruturação produtiva nesse setor, e que, em face da sua intensidade, merece destaque.

## **O Desemprego**

A questão do desemprego não é um tema recente. Todavia, devido à gravidade da questão, ultimamente esse tema se tornou uma preocupação praticamente universal, nos últimos vinte anos. Nesse período, não somente a persistência, mas também as elevações das taxas de desempregados vêm trazendo esse tema para a pauta de discussão de vários economistas, em vários países.

O desemprego é a ociosidade involuntária das pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação e, conforme sua causa, pode ser classificado como: desemprego cíclico; disfarçado ou subemprego; friccional ou normal; sazonal; e tecnológico ou estrutural (SANDRONI, 2004).

Não existe propriamente uma teoria do desemprego. No entanto, a teoria econômica aborda o tema do emprego e o funcionamento do mercado de trabalho, desde o seu surgimento como ciências. Para os economistas Clássicos<sup>2</sup>, com base na Lei de Say, em que a oferta cria sua própria demanda, o mercado determina automaticamente o equilíbrio da economia e, portanto, há pleno emprego da mão-de-obra.

---

<sup>2</sup> Adam Smith, David Ricardo, Malthus, Stuart Mill, McCulloch, Senior e Jean Baptiste Say.

Já os economistas Neoclássicos<sup>3</sup> classificam o desemprego como um fenômeno voluntário, ou seja, só existe desemprego pelo lado da oferta de trabalho, pois a classe trabalhadora quer receber um salário superior à produtividade marginal do trabalho. Pelo lado da demanda por trabalho não haverá desemprego, se todos que procuram emprego aceitarem a taxa natural de salário. Assim, num mercado de trabalho competitivo, todos encontrarão emprego. Para os defensores desta corrente de pensamento, só existe desemprego involuntário se houver uma imperfeição no fluxo de informação no mercado de trabalho - mas, *a priori*, não há desemprego.

Diferentemente dos Neoclássicos, para Karl Marx o desemprego é uma conseqüência do processo de acumulação capitalista (portanto, pode ser involuntário), sendo os desempregados os reguladores das taxas de salário e das taxas de lucro. Marx foi quem mais se aproximou de uma teoria do desemprego, com sua análise da formação do *exército industrial de reserva* ou *superpopulação relativa* - denominação dada à massa de trabalhadores desempregada pelo progresso técnico, devido ao constante acréscimo do capital constante à custa de sua componente variável (MARX, 1996).

Em 1936, ocorreu uma revolução no pensamento econômico com a publicação da obra de John Maynard Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, que contestava os dogmas da Escola Clássica<sup>4</sup> - centrando sua análise na demanda efetiva<sup>5</sup> como determinante dos níveis de produção e de emprego. Para os keynesianos, o problema do desemprego poderia ser solucionado pela intervenção do Estado na economia, via políticas monetária, fiscal, cambial, para incentivar os investimentos e, conseqüentemente, a economia. Essas políticas despertariam o *animal spirit* dos empresários, que elevariam o nível de emprego. Para Keynes, o pleno emprego é somente uma das possibilidades, sendo o desemprego a situação mais normal, decorrente de uma demanda insuficiente de bens e serviços, pois é a demanda por mão-de-obra (e não sua oferta) que determina o volume de emprego.

---

<sup>3</sup> Carl Menger, William Jevons, Léon Walras, Alfred Marshall, Irving Fischer e outros.

<sup>4</sup> Keynes não fazia diferenciação entre “clássicos” e “neoclássicos”.

<sup>5</sup> Para Keynes, a demanda efetiva é “a renda agregada [...] que os empresários esperam receber [...] por meio do volume de emprego corrente que resolvem conceder. [...] é o ponto da função de demanda agregada que corresponde ao nível de emprego que maximiza as expectativas de lucro do empresário” (KEYNES, 1992, p. 59).

O desemprego da mão-de-obra também pode ser abordado e compreendido via mudanças ocorridas nas formas de gestão da produção e do trabalho: as teorias elaboradas por Frederick Winslow Taylor, para aumentar a produtividade do trabalho (taylorismo); os métodos de Henry Ford (fordismo), para reduzir custos com a produção em massa; e o toyotismo, desenvolvido por Kiichiro Toyoda, da Toyota, no Japão, que alterou os métodos organizacionais e produtivos de Ford e que ainda são os métodos dominantes no processo produtivo.

Os princípios do taylorismo eram: a) a separação do processo de trabalho das capacidades e habilidades dos trabalhadores; b) a separação entre a concepção e a execução do trabalho; e c) o monopólio do conhecimento do processo de trabalho para controlar cada uma de suas fases. Nesse processo, cabia ao trabalhador apenas obedecer e não mais pensar em como realizar seu trabalho (BRAVERMANN, 1987).

O fordismo representou um aperfeiçoamento do taylorismo, apoiado pelo tripé progresso técnico, progresso social e progresso do Estado, que buscou elevar a produtividade do trabalhador (através do parcelamento de tarefas: especialização e linha de montagem) e da redução dos custos (através de métodos de racionalização). Esse método estava baseado nos princípios de intensificação, de economicidade e de produtividade, para produzir em série apenas um tipo de produto, com tecnologia capacitada para elevar ao máximo a produtividade do trabalhador (LIBIETZ, apud PADILHA, 2000).

Já o toyotismo é caracterizado pela flexibilidade da produção (que passa a depender da variação da demanda - só se produz o que é vendido) e pela flexibilidade da organização do trabalho. Basicamente, o trabalho nas fábricas passou a consistir em quatro operações (transporte, produção, estocagem e controle de qualidade); o trabalhador tem que ser polivalente; foi introduzida na empresa a subcontratação (terceirização) de mão-de-obra; e uma mesma linha de montagem deve servir à confecção de produtos diferenciados, cada um deles em pequena série (PADILHA, 2002).

Resumindo, o toyotismo resultou numa reestruturação da produção para economizar tempo e dinheiro, passando a ser o novo método utilizado por quase todos.

O toyotismo expandiu-se mundialmente em todos os setores da economia, de modo a tornar a flexibilidade um valor universal, beneficiando mais ainda a hegemonia do capital - tornou-se adequado tanto “às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução”, nos anos 80, quanto “à nova base técnica da produção capitalista” (BATISTA, 2006, p. 2).

### **Considerações sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro**

A própria história econômica do Brasil mostra a heterogeneidade na formação da classe trabalhadora brasileira, a exclusão social e a relação de poder sobre essa classe por parte dos “latifundiários”, num mercado de trabalho marcado por uma série de desigualdades sociais que vêm desde o período colonial.

Essa situação originou-se durante a Escravatura, quando existia uma população livre bastante heterogênea excluída do processo produtivo principal, que sobrevivia dos “favores” dos senhores e/ou de atividades descontínuas e precárias; e seguiu assim, mesmo antes da Abolição, quando foi dado subsídio à imigração de mão-de-obra assalariada da Europa, o que aumentou ainda mais a heterogeneidade e a exclusão social. A Abolição não mudou essa situação e um setor “atrasado” co-existiu com um “moderno exportador”. Um grande êxodo rural elevou a oferta de mão-de-obra neste último setor, que adotava tecnologia intensiva em capital e impedia a elevação dos salários, além de provocar o inchamento das cidades e as precárias condições de vida da classe trabalhadora.

No período pós-guerra, mesmo com o processo de industrialização, a situação da estrutura social brasileira continuou a mesma. A indústria não conseguiu absorver toda a força de trabalho (devido à tecnologia intensiva em capital); no campo ainda predominava a grande propriedade; o mercado de trabalho continuou desfavorável aos trabalhadores; e a ausência de democracia no país impedia a organização desta classe.

O regime militar, nos anos 60, procurou atender aos interesses do capital e eliminou a estabilidade do emprego, permitindo que a contratação do trabalho se tornasse bastante flexível - devido à legislação vigente, ao bloqueio da ação dos sindicatos e ao excesso de força de trabalho devido à intensificação do êxodo rural.

Nos anos 80, veio a estagnação econômica que afetou diretamente o mercado de trabalho. No início dos anos 90, o emprego formal na indústria apresentou queda e, mesmo diante de uma recuperação da economia, o mercado de trabalho foi impactado de forma negativa pela “reestruturação produtiva”, ocorrida nessa década, com a eliminação de muitos postos de trabalho. Na realidade, o mercado de trabalho brasileiro, na década de 90, caracterizou-se por aumento do desemprego e da precarização do emprego.

O desemprego aberto<sup>6</sup> no Brasil (Tabela 1) subiu de 4,3%, em 1990, para 7,6%, em 1999, o que significou um aumento de 3,3 pontos percentuais no período (elevação de quase 77%); enquanto que na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), região que concentra o maior contingente de trabalhadores do país, este índice se elevou de 7,2% para 12,1%, no mesmo período, representando um aumento de 4,9 pontos percentuais - aumento de cerca 68% na taxa de desemprego aberto (REGO e MARQUES, 2005).

**Tabela 1** - Taxa de desemprego aberto - Brasil e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) - 1990-2000 (em %)

Média Anual	Taxa de Desemprego Aberto - Brasil (a)	Taxa de Desemprego Aberto RMSP* (b)
1990	4,3	7,2
1991	4,8	8,0
1992	5,7	9,2
1993	5,3	8,7
1994	5,1	8,9
1995	4,7	9,0
1996	5,4	9,9
1997	5,7	10,2
1998	7,6	11,7
1999	7,6	12,1
2000	7,1	11,3

Fontes: (a) IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e (b) Seade/Dieese. Disponível em: [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). In: REGO e MARQUES (2005, p. 269).

\* Região Metropolitana de São Paulo

<sup>6</sup> O desemprego aberto é composto pelas pessoas que procuraram trabalho efetivamente nos 30 dias antes da entrevista e que não exerceram nenhuma atividade nos últimos sete dias (REGO e MARQUES, *Op. cit.*).



O aumento do desemprego provocou uma transformação na estrutura do mercado de trabalho. O tamanho relativo do mercado formal foi reduzido (caiu de 53,7%, em 1991, para 45,2%, em 2001 - uma queda de 8,5 pontos percentuais), enquanto que o setor informal aumentou, passando de 20,1% para 23,1%, nesse mesmo período (*idem*).

### **Considerações sobre o Sistema Financeiro**

No sistema capitalista atual, é crescente a importância e a influência do Sistema Financeiro. A ordem econômica e financeira do pós-guerra, na linha liberal e internacionalista, foi idealizada numa conferência realizada em *Bretton Woods, New Hampshire*, nos Estados Unidos, em julho de 1944. Nessa conferência, foram criadas as medidas econômicas para a estabilização da economia internacional e regular as moedas nacionais - John Maynard Keynes (presidente da mesa) representou a Grã-Bretanha e Harry Dexter White foi o representante dos Estados Unidos.

A proposta de Keynes objetivava criar um sistema que assegurasse a liquidez internacional, como uma espécie de banco central internacional (o *International Clearing Union*) para ser o depositário das reservas dos países, as quais seriam convertidas compulsoriamente numa nova moeda (o Bancor). Por outro lado, Dexter White, propunha a reconstrução das economias arrasadas pela guerra, a volta do padrão-ouro, paridades monetárias estáveis e o fim dos controles cambiais – através da criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Venceu a proposta de White. Os Estados Unidos, assumindo o papel de potência hegemônica, conseguiram impor seus interesses aos demais participantes da conferência.

O sistema monetário de *Bretton Woods* recuperou a confiança nos empréstimos internacionais e impulsionou a expansão das multinacionais americanas pelo mundo. Os bancos americanos, ainda ressabiados com o que ocorrera durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, confinaram suas atividades no âmbito nacional até a década de 60. A partir de então, esses conglomerados financeiros passaram a imitar as empresas e estabeleceram um mercado mundial de moeda para

servir à grande rede mundial de multinacionais - expansão essa que foi também favorecida pelo avanço na tecnologia de informação e nas comunicações.

Em 1963, aconteceu a maior expansão internacional do setor bancário, quando os bancos americanos procuraram fugir do Imposto de Equalização dos Juros (IEJ), que fora criado pelo governo dos EUA para reduzir o volume de empréstimos americanos para o exterior, elevando assim os custos dos tomadores de empréstimos e tentando acabar com a evasão de capitais que estava afetando negativamente seu Balanço de Pagamentos.

Em 1964, o IEJ passou a incidir também nos empréstimos de curto prazo e, em 1969, foram acrescentadas mais duas determinações: (1) os bancos foram obrigados a manter tetos voluntários para emprestar para entidades do exterior<sup>7</sup>; e (2) foram estabelecidas novas regras para o investimento de empresas estrangeiras, de modo a repatriar mais os lucros e enviar menos recursos para o exterior<sup>8</sup>. Todavia, estas novas regras não se aplicavam às agências estrangeiras de bancos comerciais e, por isso, as empresas estrangeiras continuaram a ser financiadas pelos bancos americanos com agências sediadas em Londres.

Essas medidas incentivavam a abertura de mais agências bancárias no exterior, aumentando o volume da atividade bancária em dólares. A fuga de capitais passou a ser crescente, pois, foi grande o fluxo especulativo do dólar – que, em 1971, deu-se tanto via bancos quanto via grandes empresas. O balanço comercial americano, que registrou um saldo positivo de US\$ 2 bilhões, em 1970, chegou a um *déficit* de quase US\$ 3 bilhões, em 1971, e de cerca de US\$ 10 bilhões, em 1972 (MOFFITT, 1984).

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o sistema financeiro americano criou os bancos de Consórcio Multinacional<sup>9</sup> e as agências insulares<sup>10</sup>. Através do consórcio, os bancos americanos se beneficiavam do conhecimento do mercado de seus sócios europeus; e as agências insulares foram usadas como instrumentos para driblar as

---

<sup>7</sup> Através do Programa Voluntário de Restrição ao Crédito ao Exterior – PVRCE (MOFFITT, 1984).

<sup>8</sup> Que foram sancionadas pelo Departamento de Investimento Direto no Estrangeiro – DIDE (*Idem*).

<sup>9</sup> Estabelecimentos de crédito formados por grandes bancos estrangeiros e americanos sediados na Europa.

<sup>10</sup> Agências de bancos americanos que se expandiram para os paraísos fiscais do Caribe.

regras do Governo americano. Assim, nos anos 70, os bancos americanos passaram a dominar o mercado financeiro mundial.

Destaca-se, ainda, que outro fator que também proporcionou grande expansão do sistema bancário internacional foi a crise do petróleo de 1973, com a política de reciclagem dos petrodólares<sup>11</sup>, no euromercado<sup>12</sup>. Os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP<sup>13</sup>), que estavam com excedentes de dólares, encontraram no setor bancário o local adequado para depositar e investir seus recursos e, por outro lado, muitos banqueiros estavam desejosos de atrair os petrodólares para o euromercado.

O estabelecimento dessa rede bancária internacional dinamizou os negócios, que se expandiram em maior velocidade que os do mercado interno, fazendo com que os bancos americanos se tornassem cada vez mais dependentes dos lucros auferidos no exterior. O *Chase Manhattan*, por exemplo, que apresentou um prejuízo devido à crise no setor imobiliário americano, teve seu lucro reduzido de US\$ 108.6 milhões, em 1970, para US\$ 23 milhões, em 1976. Este banco foi salvo pelas receitas do exterior que passaram de US\$ 30.7 milhões, em 1970, para US\$ 82 milhões, em 1976 (MOFFITT, 1984).

A mundialização do capital ou globalização financeira aprofundou, ainda mais, um regime de acumulação capitalista, assentado na órbita financeira, com a supremacia do sistema bancário - colocando o setor produtivo em segundo plano.

### **Considerações sobre o sistema financeiro brasileiro**

O atual sistema financeiro nacional teve sua origem nas reformas promovidas pelo regime militar entre os anos de 1964/67. Em agosto de 1964, foi instituída a correção monetária e foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Em dezembro deste mesmo ano, o sistema financeiro foi reestruturado, através da Lei nº 4.595, e foram definidas as características e as áreas

---

<sup>11</sup> Denominação dada às divisas oriundas da exportação de petróleo, geralmente em dólar.

<sup>12</sup> Mercado de dólares, originado em 1949 pelos adversários dos Estados Unidos, para camuflar ganhos em dólares e se livrar de uma intervenção da política americana.

<sup>13</sup> Entidade fundada pela Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Venezuela e Iraque, criada no Iraque em 1960.

de atuação das instituições financeiras – surgindo, então, o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 1965, a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para o seu desenvolvimento (LOPES e ROSSETTI, 2002).

A Lei nº 4.595, supracitada, procurou, por meio da especialização bancária, aumentar a mobilização de recursos e os níveis de eficiência da intermediação financeira, assentando as bases para uma articulação com o sistema financeiro internacional - que, junto com a Resolução nº 63, de 1967, e com a adoção da correção cambial, em 1968, tornou-se uma importante fonte alternativa de captação de recursos - uma vez que esta Resolução permitiu a contratação de empréstimos no exterior, para serem repassados internamente, e os ajustes cambiais fizeram com que os riscos de captação estrangeira praticamente se equiparassem aos de uma fonte interna de financiamento (BAER, 1986).

Ao longo das últimas décadas, mais duas importantes medidas foram implementadas no sistema financeiro nacional pelo CMN: (1) em 1988, foram instituídos os bancos múltiplos, permitindo que todas as instituições financeiras se reorganizassem como uma instituição única, tendo, no mínimo, duas carteiras<sup>14</sup>, sendo uma obrigatoriamente comercial ou de investimento; e (2) em 1994, foram regulamentadas as normas do Acordo da Basileia<sup>15</sup>, através da Resolução nº 2.099, enquadrando o sistema financeiro brasileiro nos padrões internacionais.

O processo de reformulação do sistema financeiro brasileiro, na década de 1960, intensificou a concentração na área bancária e facilitou a internacionalização financeira no Brasil – via endividamento externo, tanto público quanto privado. Em 1964, havia 336 bancos comerciais e, dez anos depois, apenas 109 (BARBOSA, 2007), devido à formação de grandes conglomerados financeiros e à associação entre alguns grandes grupos com capitais estrangeiros. Já com a Reforma de 1988, o sistema bancário mais que dobrou, passando de 106 bancos, em 1988, para 242, em 1995

---

<sup>14</sup> Carteiras que um banco múltiplo pode ter: comercial; investimento e/ou desenvolvimento (esta última exclusiva dos bancos estatais); crédito imobiliário; crédito, financiamento e investimento; e arrendamento mercantil (*leasing*) (BARBOSA, 2007).

<sup>15</sup> Acordo que continha “resoluções para o requerimento de capital próprio das instituições financeiras (associadas) em função do risco apresentado em suas operações financeiras” (SANDRONI, 2004, p. 11).

(TROSTER, 2007), por causa da redução de barreiras à entrada neste setor, devido à criação dos bancos múltiplos e ao fim das cartas patentes (Ver número de instituições financeiras no Brasil, de 1988 a 1998 no Apêndice II).

### **A economia brasileira a partir dos anos 70**

No plano econômico, a década de 1970, no Brasil, foi marcada pelo chamado “milagre econômico<sup>16</sup>”, que ocorreu entre 1968 a 1974 - período esse de grande crescimento econômico que foi puxado pelos setores de bens de consumo duráveis (que, em média, cresceram 23,6%, no período) e de bens de capital (crescimento médio de 18,1%). Esse período foi favorecido pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG<sup>17</sup>) e complementado pelo Programa Estratégico do Desenvolvimento (PED<sup>18</sup>), devido à manutenção da mesma matriz de crescimento do Plano de Metas<sup>19</sup>, apoiada pelo financiamento externo.

No plano político, o marco dessa década foi o início do processo de transição do regime militar rumo à redemocratização no país, que apresentou grande avanço com as promessas de “distensão” do Presidente Geisel, em 1974; com a demissão do General Ednardo D’Ávila de Melo do comando do II exército de São Paulo, em 1976; com o levantamento da censura à imprensa, entre 1977-78; e com o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1978, em troca da candidatura do General Figueiredo para a Presidência (BRESSER PREIRA, 1987).

---

<sup>16</sup> Denominação dada pelo regime militar, em meio à euforia do crescimento do PIB acima de 10% ao ano, no final de 1967 (BRITO, 2004).

<sup>17</sup> O PAEG foi um plano de estabilização e mudanças institucionais (as principais foram as reformas bancária e tributária), criado no Governo Castelo Branco, para o biênio 1965-66, que tinha por prioridades imediatas controlar a inflação e normalizar as relações com os organismos financeiros internacionais. A reforma bancária criou a estrutura básica do sistema financeiro brasileiro (visto no item anterior) e a reforma tributária criou o atual sistema tributário vigente que permitiu o aumento da arrecadação e sua centralização no governo federal (também ganharam importância os fundos parafiscais – FGTS, PIS, Pasep – e o aumento das exportações – com os incentivos fiscais).

<sup>18</sup> O PED foi lançado em 1967, no Governo Costa e Silva. Foi este Plano que criou a Resolução nº 63, também citada no item anterior, que permitiu o livre ingresso do capital externo no Brasil.

<sup>19</sup> O Plano de Metas foi um plano de desenvolvimento econômico e social elaborado no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) – com o lema: “crescer 50 anos em 5” - que foi caracterizado “pelo estabelecimento de metas que deveriam ser alcançadas nos planos econômico, social e de infra-estrutura” (SANDRONI, 2004, p. 469). Segundo Brito (2004), trinta objetivos se agruparam em cinco metas: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação - tendo a construção de Brasília como meta-síntese agregada aos trinta objetivos. O resultado foi um crescimento médio da economia brasileira a uma taxa de 8,3% ao ano.

O rompimento do “pacto autoritário<sup>20</sup>”, em 1977, foi fundamental para a “abertura” – pois, a solidez do regime militar dependia da aliança com os capitais industrial e bancário. E, ainda em 1977, formou-se um “pacto social democrático”, envolvendo toda a sociedade civil - esse processo de redemocratização culminou com a eleição de Fernando Collor, em 1989, que assumiu a Presidência da República em 1990.

Em 1979, houve novo choque do petróleo e, nos anos 80, veio a recessão, no Governo Figueiredo (1979-84), último presidente do regime militar. Não havia mais condições de elaborar e implementar novos planos econômicos. Em 1986, no Governo José Sarney, em resposta ao diagnóstico de inflação inercial<sup>21</sup>, feito pela equipe econômica desse Governo, foram elaborados e implementados vários planos econômicos<sup>22</sup> (na realidade, planos de estabilização econômica), sob o comando de vários ministros da Economia, através de choques heterodoxos<sup>23</sup>.

Destacam-se também, nessa década, o novo quadro partidário e o nascimento da “Nova República”, em 1986, sob o comando de Tancredo Neves (que logo veio a falecer, assumindo o comando o então vice-presidente José Sarney); a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988; e a eleição presidencial em 1989. O último mês do Governo Sarney findou com uma inflação superior a 80%, com uma taxa de inflação anual que, em 1989, ultrapassava os 1.700% (APÊNDICE III), e com a economia brasileira apresentando um quadro de estagflação<sup>24</sup> que se estendeu pelos primeiros anos da década seguinte.

Os anos 90 foram marcados por grandes transformações; dentre elas, a efetivação da abertura política (com o primeiro presidente eleito democraticamente pelo voto direto) e a abertura comercial, cujo início se deu com o plano econômico do

---

<sup>20</sup> Um pacto político autoritário e excludente, formado entre 1964-68, entre a tecnoburocracia estatal, a burguesia local e as empresas nacionais, para consolidar o capitalismo estatal no Brasil, cuja força deste pacto estava no caráter político e econômico excludente, que abrangia apenas as classes dominantes.

<sup>21</sup> Trata-se de intensa inflação gerada pelo reajuste pleno de preços, conforme a inflação do período imediatamente anterior (SANDRONI, 2004).

<sup>22</sup> Planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão.

<sup>23</sup> Choque heterodoxo é uma política econômica de combate à inflação com congelamento de todos os preços, por um determinado período de tempo, e liberalização das políticas monetária e fiscal (SANDRONI, 2004).

<sup>24</sup> Segundo Sandroni (2004, p. 221), estagflação é uma “situação em que o produto nacional (ou produto *per capita*) não mantém o nível de crescimento à altura do potencial econômico do país”.

novo presidente – o Plano Brasil Novo, conhecido como Plano Collor<sup>25</sup>, em que, entre as principais medidas, estavam a extinção de várias empresas estatais e a regulamentação do Plano Nacional de Desestatização (COUTINHO, 2002).

O presidente Collor assumiu o Governo, em março de 1990, com uma inflação de 81% neste mês. Com seu programa antiinflacionário e liberalizante, a inflação caiu para 11% já em abril, mas voltou a se elevar a partir de julho e o país entrou em profunda recessão. Em 1991, veio o Plano Collor II para tentar equilibrar as finanças públicas, estabilizar a inflação, privatizar a economia e modernizar o parque industrial. Mas, a medida mais importante desse Plano foi a desindexação da economia.

Com o fracasso dos Planos e as acusações de corrupção, o governo de Collor findou com um processo pelo *impeachment*, quando, estrategicamente, ele renunciou, momentos antes do processo ser votado no Senado, para evitar a perda de seus direitos políticos (mas o Senado desconsiderou o comunicado da renúncia e cassou-lhe o cargo). O vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o governo, em outubro de 1992, e Fernando Henrique Cardoso (FHC), o líder da equipe econômica, apresentou à sociedade brasileira, em junho de 1993, o Plano de Ação Imediata<sup>26</sup> (PAI), com o objetivo de eliminar o problema fiscal.

Em junho de 1994, veio o Plano Real que possibilitou a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência do Brasil. No início, esse plano possibilitou um excelente crescimento econômico (uma taxa anual de 5,9%, em 1994), eliminou a inflação e valorizou o Real. Entretanto, o crescimento econômico começou a declinar, chegando a 0,1%, em 1998, devido às altas taxas de juros e à desaceleração das exportações (BAER, 1996). No final da década de 90, o país recorreu ao FMI, pois, diante da crise asiática, em 1997, e da crise russa, em 1998, a economia brasileira apresentou aumento das suas vulnerabilidades e deficiências.

---

<sup>25</sup> As medidas adotadas trouxeram várias mudanças, como, por exemplo, a extinção do Cruzado Novo e a volta do Cruzeiro, bloqueio dos ativos financeiros (confisco), congelamento de preços, salários, aposentadorias e aluguéis, liberalização do câmbio e medidas preliminares para o processo de privatização no país.

<sup>26</sup> Primeira fase de implantação do Plano Real.

## **As Causas do Desemprego no Setor Bancário Brasileiro**

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas Econômicas e Sociais - DIEESE, a redução do número de emprego no setor bancário, no Brasil, deveu-se à automação bancária, às novas formas organizacionais do trabalho, à terceirização, ao processo de fusões e aquisições e ao desrespeito à jornada de trabalho (SCHMITZ e MAHL, 2000). Porém, na realidade, estes fatores fizeram parte do processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a economia capitalista, objetivando atingir um novo patamar de acumulação, bem como acelerar a velocidade da circulação de capital e intensificar o processo de mundialização do capital. Assim, o setor bancário brasileiro também necessitou se adequar e reestruturou seu processo produtivo para enfrentar a nova concorrência do “livre mercado” e, conseqüentemente, aumentar sua competitividade.

Nos anos 90, as causas do desemprego nesse setor foram ainda devidas à nova política adotada na economia brasileira - o neoliberalismo - que respaldou a política de reestruturação produtiva do setor bancário e seu processo de automação.

### **A ideologia neoliberal no Brasil**

O capitalismo encontrou no neoliberalismo a resposta para a crise vivenciada na economia mundial, no final dos anos 60, em decorrência da falta de uma resposta adequada às políticas “keynesianas” de intervenção estatal.

O neoliberalismo, que tem suas raízes na filosofia da Escola Clássica, de liberdade econômica e não intervenção do Estado nas relações econômicas, surgiu na década de 1970 e tomou forma nos Estados Unidos (com Ronald Reagan) e na Inglaterra (com Margaret Thatcher), como uma maneira de solucionar a crise econômica mundial, diante dos choques do petróleo e da necessidade de intensificação e expansão do capital. Trata-se de um conjunto de idéias, no âmbito político e econômico, que defende a não participação do Estado na economia – onde deve predominar o “livre mercado”, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social.



As idéias neoliberais foram apresentadas e recomendadas em uma reunião realizada, no segundo semestre de 1989, pela Sociedade Internacional de Economia, que fez uma análise do panorama mundial e propôs algumas alternativas para o desenvolvimento das economias que quisessem receber os empréstimos e a ajuda internacional, principalmente as nações da América Latina.

Essa reunião foi patrocinada pelo governo norte-americano, Banco Mundial, FMI, empresas transnacionais e banqueiros norte-americanos e nela foi produzido um documento, denominado “Consenso de Washington”, contendo os principais objetivos a serem implementados pelos países emergentes: abertura, desestatização, desregulamentação, flexibilização das relações de trabalho, dentre outros.

Esse programa foi implementado, no Brasil, pelo presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, e aprofundado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994. Em suas linhas gerais, o neoliberalismo brasileiro procurou reduzir a participação do governo na economia; diminuir a intervenção do governo no mercado de trabalho; liberar a circulação dos capitais internacionais; inserir o país no processo de globalização; e abrir a economia para a entrada de novos capitais financeiros e para atrair mais empresas transnacionais.

Conforme anteriormente relatado, no início dos anos 90, a situação da economia brasileira era crítica: inflação elevadíssima, problemas fiscais, etc. Os vários planos de estabilização implementados não tiveram os resultados esperados e o país foi obrigado a recorrer algumas vezes ao FMI, tendo-se submetido aos severos “ajustes” impostos por essa instituição<sup>27</sup>. A adoção das propostas neoliberais e a inserção do país no processo de globalização, nos moldes do Consenso de Washington, resultaram na reestruturação produtiva da economia brasileira e na conseqüente reestruturação do setor bancário do país.

---

<sup>27</sup> Ressalta-se, aqui, que o FMI sempre foi visto como o “vilão da história”, mas, na realidade, nenhum país é obrigado a recorrer ao mesmo. Portanto, quando o faz, é sabendo que terá que rezar em sua cartilha.

## A reestruturação no setor bancário brasileiro

A implementação do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, no Governo Sarney, por meio de um pacote econômico de cunho heterodoxo, buscou interromper o processo de inflação inercial e, posteriormente, redirecionar o capital da ciranda financeira para o setor produtivo. Nessa nova conjuntura, os bancos privados eliminaram 109.000 postos de trabalho e fecharam mais de 1.000 agências, devido à necessidade de sobreviver num ambiente sem inflação (VALLE, *apud* MORAES JÚNIOR, 1997).

O lucro bruto dos dez maiores bancos privados no Brasil, entre os anos de 1984 a 1987, pode ser verificado na Tabela 2. Tomando-se como ano-base o segundo semestre de 1983, observa-se que, no segundo semestre de 1985, estes bancos apresentaram um índice de lucro bruto de 176%, caindo, no primeiro semestre de 1986, para 101%. Todavia, logo no segundo semestre de 1986, voltou a se recuperar, chegando a 123% e atingindo, no primeiro semestre de 1987, 232%.

**Tabela 2** – Índice do lucro bruto dos dez maiores bancos privados, por semestre - Brasil - 1983-1987

Bancos	1983/2*	1984/1	1984/2	1985/1	1985/2	1986/1	1986/2	1987/1
Bradesco	100	77	124	156	183	103	115	214
Itaú	100	171	358	307	456	248	234	484
Unibanco	100	64	83	73	167	162	193	305
Safra	100	94	79	78	128	117	153	177
Real	100	49	63	67	77	49	58	171
10 maiores	100	76	121	131	176	101	123	232

Fonte: DIEESE/Subseção SEEB-RIO. *In*: MORAES JÚNIOR (1997, p.88).

\* Período-base: 2º semestre de 1983

Em 25 de fevereiro de 1987, o Banco Central do Brasil instituiu o Regime de Administração Especial Temporária (RAET) nas instituições financeiras, o que permitiu o fechamento de agências bancárias e, dentre outros, viabilizou as demissões de funcionários pelos bancos. Somente neste ano de 1987, o RAET foi aplicado em 10 instituições. Em 1988, surgiram novas medidas que instituíram os bancos múltiplos e o

fim da carta patente para se abrir uma instituição financeira - medidas que aceleraram as mudanças neste setor e acirraram o processo de concorrência.

O prematuro fracasso do Plano Cruzado levou à volta do capital para a ciranda financeira. E os grandes bancos, objetivando garantir o aumento de rentabilidade e a manutenção das altas taxas de lucros, mudaram seu foco de captação para os clientes de grande porte e investiram no aproveitamento das possibilidades da informática (MORAES JÚNIOR, 1997). Em 1989, a inflação registrou um índice de 1.782% e o emprego no setor bancário, que em 1986 era de aproximadamente um milhão de trabalhadores, foi reduzido para cerca de 811 mil bancários em janeiro de 1989 (Tabela 3) - uma queda de quase 19% em três anos, neste setor.

Diante das expectativas por parte dos empresários, quanto à nova política econômica a ser adotada pelo Governo Collor, nos primeiros três meses do ano de 1990, o setor bancário manteve o estoque do emprego relativamente estável: em janeiro existiam 825.558 bancários; em fevereiro houve uma redução de 477 trabalhadores; voltando a aumentar, em março, para 826.244 - o maior patamar alcançado pela categoria bancária, pois, após a implantação do Plano Collor, o nível de emprego nesse setor só caiu e nunca mais atingiu esse patamar. O resultado foi a eliminação de 72.608 bancários, entre março e dezembro de 1990, elevando o “exército de reserva” desse setor.

**Tabela 3** - Estoque de emprego do setor financeiro – Brasil – 1989-1992

Meses	1989	1990	1991	1992
Janeiro	811.892	825.558	748.948	696.874
Fevereiro	813.076	825.081	745.564	694.839
Março	811.542	826.244	739.578	694.800
Abril	810.958	821.843	734.806	693.684
Mai	811.930	810.419	732.026	692.588
Junho	813.501	794.897	731.925	691.266
Julho	816.143	778.699	723.279	689.244
Agosto	814.206	771.331	717.914	687.827
Setembro	815.249	768.287	714.089	687.843
Outubro	818.580	763.105	708.751	686.376
Novembro	822.688	758.466	703.729	684.171
Dezembro	824.316	753.636	700.217	682.304

Fonte: CAGED. In: DIEESE (1997, p. 2)

Até o início de 1994, a volta da inflação e a indexação da economia favoreceram a acumulação de grandes lucros por parte dos bancos, através do *spread* nas operações de crédito e outras aplicações financeiras. As novas formas de gestão taylorista-fordista e, depois, a toyotista (flexível) representaram um importante papel na redução dos postos de trabalho bancário, pois, procuraram utilizar cada vez mais uma mão-de-obra barata, precarizando o trabalho no setor, através da contratação de estagiários e contratos temporários individuais.

O processo de terceirização foi inicialmente intensificado nos serviços considerados não-bancários, como, transporte, segurança, limpeza, etc., e, depois, nos serviços bancários propriamente ditos, as áreas de compensação de cheques, digitação, microfilmagens e outros. Além, disso, os bancos também passaram a compartilhar estruturas – como foi o caso do Banco 24 Horas e da Rede Verde-Amarela (esta somente entre os bancos estaduais).

A partir do Plano Real, em 1994, com a inflação caindo e a economia apresentando crescimento, a reestruturação no setor bancário foi intensificada. Em 1995, o setor bancário entrou em crise devido à queda no ritmo do crescimento econômico e à adoção de políticas restritivas (creditícia e monetária), em face da crise mexicana e do aumento da inadimplência dos empréstimos, que afetaram principalmente os bancos estaduais, mal geridos. Para evitar uma corrida bancária, em 31 de agosto deste mesmo ano, o CMN, criou o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), cobrindo até R\$ 20 mil, por titular, no caso de algum tipo de Regime Especial<sup>28</sup>.

Após a liquidação do Banco Econômico, também neste mês de agosto, o CMN instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), com o objetivo de permitir ao Banco Central atuar de forma preventiva e recuperadora nas instituições financeiras com problemas de liquidez

---

<sup>28</sup> Segundo o Banco Central do Brasil - BCB, (2007a), são três as formas de Regime Especial: a Intervenção (em que o BCB nomeia um interventor para assumir a gestão da instituição, suspendendo as atividades e destituindo os dirigentes), a Liquidação Extrajudicial (quando há indício de insolvência irreversível ou infrações às normas que regulam as atividades bancárias) e o Regime de Administração Especial Temporária – RAET (em que não há suspensão das atividades, mas o mandato dos dirigentes é substituído por um conselho diretor que poderá adotar medidas para a retomada das atividades ou para transformar o RAET em intervenção ou liquidação extrajudicial, conforme cada caso).

ou organizacionais - financiando o saneamento das mesmas e as aquisições dentro do próprio sistema e entre instituições financeiras (PUGA, 1999).

Em novembro, deste mesmo ano, o Governo editou Medidas Provisórias criando incentivos fiscais para a incorporação de instituições e dando aparato legal para que o Banco Central pudesse atuar no Sistema Financeiro Nacional (SFN), objetivando deixar no sistema somente as instituições que tivessem liquidez, saúde e solidez.

O resultado de todas essas medidas foi um grande aumento de fusões e incorporações e aumento da participação do capital externo no SFN (Tabela 4), acirrando ainda mais a competição no setor, principalmente após o processo de privatização - competição essa que também induziu a mudanças na organização do trabalho (LARANJEIRA, 2004).

**Tabela 4** – Quantidade de agências de bancos com controle estrangeiro – Brasil – 1988-1998

<i>1988</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>
<b>247</b>	384	378	360	403	1.601	2.395

Fonte dos dados brutos: CADINF – DEORF/COPEC. *In*: PIRES, 2001, p.11.

Em agosto de 1996, o Governo Federal criou o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Bancárias (PROES), para ajustar os bancos estaduais através de linhas de financiamento da União para os Estados, objetivando o saneamento, a extinção, privatização, transformação em instituições não financeiras ou federalizadas, conforme o caso (SALVIANO JÚNIOR, 2004).

O processo da reestruturação produtiva nas instituições bancárias públicas foi ainda mais acentuado<sup>29</sup>. Das 35 instituições existentes, em agosto de 1996, vinte e seis já tinham optado pelo Programa, em julho de 1998. A partir de 1997, muitas foram privatizadas (Quadro 1). Segundo Bozano Simonsem (*apud* PUGA, 1999), o Governo

<sup>29</sup> Ver a evolução do número de instituições financeiras, no Brasil, no período de 1988-1998, no Apêndice III.

emitiu cerca de US\$ 48 bilhões em títulos federais para o saneamento dos bancos estaduais – valor esse que foi três vezes maior do que o que foi despendido no PROER.

**Quadro 1 - Resultado das privatizações dos bancos estaduais  
Brasil: 1997-2004**

Bancos	Data do leilão	Preço de venda obtido com o leilão (em R\$)	Número de funcionários na data do leilão	Adquirente
BANERJ (1)	26.06.1997	2.841 milhões	ND	ITAÚ
CREDIREAL (2)	07.08.1997	127,30 milhões	2.413	BCN/BRADES-CO
MERIDIONAL (3)	04.12.1997	265,60 milhões	7.154	BOZANO SIMONSEN
BEMGE (4)	14.09.1998	583,00 milhões	7.104	ITAÚ
BANDEPE (5)	17.11.1998	183,00 milhões	1.641	ABN/AMRO
BANEB (6)	22.06.1999	260,00 milhões	2.825	BRADESCO
BANESTADO (7)	17.10.2000	1.625,00 milhões	7.683	ITAÚ
BANESPA (8)	20.11.2000	7.050,00 milhões	20.098	SANTANDER
PARAIBAN (9)	08.11.2001	76,50 milhões	390	ABN AMRO Bank Real
BEG (10)	04.12.2001	665,00 milhões	ND	ITAÚ
BEA (11)	24.01.2002	182,91	ND	BRADESCO
BEM (12)	10.02.2004	78 milhões	ND	BRADESCO

Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2007c).

- (1) Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.
- (2) Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.
- (3) Banco Meridional do Brasil S.A.
- (4) Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
- (5) Banco do Estado de Pernambuco S.A.
- (6) Banco do Estado da Bahia S.A.
- (7) Banco do Estado do Paraná S.A.
- (8) Banco do Estado de São Paulo S.A.
- (9) Banco do Estado da Paraíba S.A.
- (10) Banco do Estado de Goiás S.A.
- (11) Banco do Estado do Amazonas S.A.
- (12) Banco do Estado do Maranhão S.A.

Nos bancos de âmbito federal, o ajuste do Banco do Brasil se deu com uma limpeza na carteira de crédito e um aumento temporário da participação do Tesouro no capital deste banco, em 1996. Anteriormente, em 1995, a diretoria do Banco já havia lançado um Programa de Desligamento Voluntário (PDV), bem como de desligamentos compulsório e induzido, para conseguir a adesão de 15.000 funcionários, dos 107 mil existentes (principalmente dentre os mais antigos), obtendo 13.500 adesões.

Os chamados “excedentes” foram compulsoriamente realocados para agências em diferentes regiões do país como uma forma de pressionar os trabalhadores a aderirem ao PDV – o objetivo era obter um corte de 30% nesses “excedentes” (BATISTA, 2006).

Nesse mesmo ano, também fora implantado um programa de incentivo a aposentadorias, várias funções foram eliminadas e várias agências foram fechadas - os PDVs e os incentivos à aposentadoria também se tornaram constantes em muitos bancos estaduais e federais.

### **A Automação no Setor Bancário Brasileiro**

Nesse processo de reestruturação, o uso crescente e intensivo de novas tecnologias teve papel de destaque. O processo da automação bancária se deu em sucessivos avanços que permitiram “saltos” de produtividade. Sua gênese se deu nos anos 60, com a instalação dos primeiros computadores, e, no final da década de 80, com o toyotismo em cena, a automação se tornou um grande instrumento de racionalização e de ganhos de produtividade neste setor.

As três principais conseqüências da automação bancária no Brasil foram: a expansão do mercado (com a captação de mais clientes), a agilidade no fluxo de informação (que resultou em aumento da produtividade) e a redução de despesas com mão-de-obra, devido ao aumento da produtividade<sup>30</sup> (SCHMITZ e MAHL, 2000).

---

<sup>30</sup> Leia-se: desemprego.

Nos anos 90, as agências já contavam com terminais ligados ao computador da central (eliminando muitos dos trabalhos manuais realizados pelos bancários) e com o sistema *on-line*, em que todas as operações passaram a ser executadas em tempo real. Contudo, outros serviços bancários também foram capturados pela onda da informática, como, cobrança, câmbio, empréstimos, etc.

Esse processo de implantação da informática foi constante, surgiram as caixas eletrônicas em lugares públicos, o *telemarketing*, o *office banking*, o *home banking* e o *internet banking*, globalizando todas as informações e operações para qualquer tipo de cliente, em qualquer parte do mundo. Em 1996, já existiam mais de 68 mil equipamentos de atendimento eletrônico no Brasil (Tabela 5).

**Tabela 5** – Estrutura do atendimento eletrônico no Brasil – 1996

Equipamento	Dentro da Agência	Ante-sala	Quiosques	Postos	Total
ATMs (saques e depósitos)	506	3.777	1.257	222	5.762
Cash Dispenser	14.816	6.334	371	4.471	22.992
Terminal de Depósito	2.934	388	10	5	3.337
Terminal de Extrato/saldo	25.330	1.984	152	3.442	30.908
Dispensador de cheques	232	596	1	6	835
Outros	961	21	0	221	1.203
<b>Total</b>	<b>44.779</b>	<b>13.100</b>	<b>1.791</b>	<b>8.367</b>	<b>68.037</b>

Fonte: Febraban – Balanço Social dos Bancos – 1996 *In*: Dieese (1997, p.3).

### **Balanço do Desemprego no Setor Bancário Brasileiro na Década de 90**

O Quadro 2 apresenta a evolução do emprego no setor bancário brasileiro no período de 1989-1999. Conforme as informações disponíveis, nota-se uma persistente redução no emprego do setor bancário ao longo de todo o período.



**Quadro 2** - Número de ocupados no setor bancário – Brasil – 1989-1999

Anos	Nº de Ocupados	Variação Absoluta Anual	Variação Relativa (%) Anual
1989	811.425	-	-
1990	740.745	70.680	-8,71
1991	687.326	53.419	-7,21
1992	669.413	17.913	-2,61
1993	666.443	2.970	-0,44
1994	624.756	41.687	-6,25
1995	558.691	66.065	-10,57
1996	497.109	61.582	-11,02
1997	463.329	33.780	-6,79
1998	420.218	43.111	-9,30
1999	414.803	5.415	-1,29

Fonte dos dados brutos: CAGED - MTB (SCHMITZ; MAHL, 2000, p. 77).

Entre 1989 e 1991, a redução foi de 124.099 postos de trabalho no setor, decorrentes da queda da inflação e da abertura comercial, verificadas no Brasil, que levaram os bancos a iniciar um intenso processo de “enxugamento” e racionalização. De 1992 a 1994, a queda foi de 44.657, em face da intensificação da automação, da terceirização e das novas formas de gestão operacional e do trabalho, iniciadas desde o final de 1989, objetivando aumentar a produtividade e a rentabilidade e enfrentar a concorrência.

A partir das medidas governamentais, sob a égide do Plano Real, para “ajustar” o setor financeiro à nova realidade, verifica-se grande redução no emprego do setor bancário entre 1994 e 1998 – decorrente, principalmente da implantação do PROER e do PROES -, cujo saldo foi a eliminação de 204.532 ocupações no setor, nesse período. No total, a mão-de-obra do setor bancário foi reduzida em 44% no período de 1990 a 1999, sendo que só de 1994 a 1999 foram eliminados 37,58% postos de trabalho nesse setor.

Durante essa década, os processos de fusões, aquisições e privatizações aumentaram a participação dos bancos internacionais no mercado financeiro, acirrando ainda mais a concorrência e intensificando o processo de racionalização e de precarização do trabalho. Assim, não é surpresa que os salários no setor bancário,

desde a década de 1990, vêm caindo, não só devido às políticas salariais implementadas pelo governo federal, mas também por conta da precarização do trabalho bancário e pelas perdas nas negociações realizadas entre os representantes da categoria e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). No período de seus dissídios, as negociações salariais dos bancários não têm conseguindo recompor as perdas salariais e, às vezes, não repõem nem as perdas com a inflação – mesmo com a concessão de abonos e de participação nos lucros das empresas – e, além disso houve a eliminação de benefícios sociais e de estabilidade no emprego.

Nesse quadro, outra é a realidade do capital: os lucros do setor bancário só cresceram. Segundo Bonatto (2007), nos oito anos do Plano Real, o lucro bancário foi bastante elevado - a taxa de retorno, calculada para 2001, apresentou uma média de 23% sobre o patrimônio líquido dos bancos.

## **CONCLUSÃO**

Não é sem razão a preocupação mundial com o desemprego, uma vez que o atual estágio do capitalismo (onde a forma de capitalismo industrial perde espaço para o capitalismo financeiro) induziu não somente a uma reestruturação produtiva das economias, que tem levado à deterioração do mercado e à precarização do trabalho, mas também conseguiu impor a hegemonia da órbita financeira na dinâmica da economia.

No Brasil, o desemprego no setor bancário foi intensificado não só com as grandes mudanças pelas quais passou a economia no início da década de 1990 (na gestão da produção e do trabalho, intensificação da automação, redução da participação do Estado na economia), mas também devido à inserção passiva do Brasil no processo de globalização.

Nesse contexto, a reestruturação do setor bancário foi necessária e inevitável. Ela se deu sobre as bases do “enxugamento” dos postos de trabalho no setor e da intensificação do processo de automação bancária. O “enxugamento” foi viabilizado pelo Governo Federal e pelos bancos. O Governo implementou várias medidas para

deixar no mercado financeiro apenas as instituições “saudáveis”, tanto do setor privado quanto público.

Nos anos 80, com o Plano Cruzado, os bancos, procurando sobreviver à queda da inflação, já haviam iniciado um processo de demissão de grande quantidade de seus funcionários. Posteriormente, objetivando reduzir custos, intensificaram a automação e implantaram novas formas de gestão da produção e do trabalho bancário - que induziram à terceirização dos serviços, integração entre bancos (compartilhando estruturas), dentre outros destacados nessa investigação.

Nos anos 90, o desemprego no setor bancário brasileiro foi decorrência não somente do processo de reestruturação produtiva verificada na economia brasileira (desemprego estrutural), mas também devido ao grande avanço tecnológico - com a intensificação da automação neste setor (desemprego tecnológico). Nesse processo como um todo, o impacto sobre o trabalho bancário, além da precarização do trabalho, levou à eliminação de quase a metade dos postos de trabalho neste setor, entre 1990 e 1999.

Embora as transformações na economia brasileira e a conseqüente reestruturação produtiva tenham provocado grande desemprego no setor bancário, a política de inserção no processo de globalização e a adoção das recomendações do ideário neoliberal na economia brasileira, que esteve a serviço do capital financeiro, foram também fundamentais para esse aumento no número de desempregados.

A supremacia do capital sobre o trabalho levou a um aumento do “exército de reserva” no setor bancário e favoreceu os processos de amortização dos custos de salários e de elevação das taxas de lucro.

## APÊNDICE I – Estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro

### AUTORIDADES MONETÁRIAS:

Conselho Monetário Nacional (CMN)

Banco Central (BC)

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

### INSTITUIÇÕES E FUNÇÕES, POR SETOR PÚBLICO E PRIVADO

Instituição – setor privado	Instituição – setor público	Função
Bancos comerciais	Bancos comerciais e Banco Do Brasil	Crédito de curto prazo e Financiamentos subsidiados Para setores prioritários
Bancos de Investimento	Bancos de Desenvolvimento, Nacionais e regionais	Crédito de médio e longo Prazo e programas de Desenvolvimento
Companhias de Arrendamento ( <i>leasing</i> )		Crédito de longo prazo
Sociedades de crédito, Financiamentos e Investimento (Financeiras)		Crédito ao consumo de Bens duráveis
Sociedades de crédito Imobiliário e Caderneta De Poupança	Banco Nacional de Habitação, Caixas Econômicas Federal e Estaduais	Crédito para a construção Civil
Instituições vinculadas à Operação da Bolsa de Valores		Agilizar a operação da Bolsa de Valores

Fonte: BAER (1986, p.15).

## APÊNDICE II – Número de Instituições Financeiras no Brasil

Número de instituições financeiras no Brasil, 1988-1998

Tipos de instituições	dez/1988	jun/1994	dez/1998
Bancos públicos federais (1)	6	6	6
Bancos públicos estaduais (2)	37	34	24
Bancos privados nacionais (3)	44	147	106
Filiais de bancos comerciais estrangeiros	18	19	16
Bancos com controle estrangeiro (3)	7	19	36
Bancos com participação estrangeira (3)	5	31	23
Bancos de Investimentos	49	17	22
<b>Total do sistema bancário nacional</b>	<b>166</b>	<b>273</b>	<b>233</b>
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	102	42	46
Sociedade de Arrendamento Mercantil	54	72	83
Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários	259	288	233
Distribuidoras de Câmbio e Valores Mobiliários	419	376	212
Soc. De Créd. Imobiliário e Assoc. de Poupança e Empréstimo	55	24	20
Cooperativas de Crédito	598	912	1.222
Companhias Hipotecárias	0	0	4
<b>Total do Sistema Financeiro Nacional</b>	<b>1.653</b>	<b>1.987</b>	<b>2.053</b>

Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (PUGA, 1999, p. 20).

- (1) Bancos Múltiplos, Comerciais, de Desenvolvimento e Caixa Econômica Federal
- (2) Bancos Múltiplos, Comerciais, de Desenvolvimento e Caixa Econômica Estadual
- (3) Bancos Múltiplos e Comerciais

### APÊNDICE III – Taxa de Inflação Anual – 1985-2000

Taxa de Inflação Anual  
Brasil – 1985/2000

Anos	%
1985	235,1
1986	65,0
1987	415,8
1988	1.037,6
1989	1.782,9
1990	2.596,0
1991	421,0
1992	988,0
1993	2.087,0
1994	2.312,0
1995	75,0
1996	9,0
1997	7,9
1998	3,9
1999	11,3
2000	13,8

Fonte: Conjuntura Econômica, Índice Geral de Preços – IGP-DI-FGV (REGO; MARQUES, 2005, p. 165).

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. **Toyotismo e mundialização do capital**. 1999. Disponível em: <<http://www.globalization.sites.uol.com.br/toyotismo.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. Perdizes: Boitempo Editorial, 2002.

ASSIS, J. Carlos. **Desemprego em uma abordagem teórica**: nota complementar à crítica de César Benjamim. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

BAER, Mônica. **A internacionalização financeira no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo, Nobel, 1996.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O Banco Central e as novas técnicas de saneamento do Sistema Financeiro Nacional após a estabilização monetária**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/livrosfn.asp?idpai=artregesp>>. Acesso em: 06 abr. 2007 (a).

\_\_\_\_\_. **Programa estimula a reestruturação de bancos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 17 abr. 2007 (b).

\_\_\_\_\_. **Bancos estaduais privatizados**. Disponível em: <<http://bcb.gov.br/lid/gedes/instituicoesPrivatizadas.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2007 (c).

BARBOSA, Fernando de Holanda. **O sistema financeiro brasileiro**. Disponível em: <<http://www2.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Sistfin.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2007.

BARBOSA, G. G. e MOREIRA, I. T. **Política salarial e repartição de renda no período de 1964/2000**: um reexame do caso brasileiro. Disponível em: <<http://www.race.nuca,ie,ufrj.br/abet/revista/artigo%205%/glaudionor.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

BATISTA, Érika. **Empowerment no setor bancário**: emancipação do trabalho ou contradição do discurso?. 2006. Disponível em: <<http://www.revista.grupointegrado.br/perspectivascontemporaneas/include/getdoc.php?>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

BENJAMIM, César. **Desemprego em uma abordagem teórica**: nota sobre neoclássicos, Keynes e Marx. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2006.

BÊRNI, Duílio de Ávila. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BONATTO, Alexsandro Rebello. **Emprestar ou morrer**. Análise Financeira. Disponível em: <<http://www.analisefinanceira.com.br/artigos/emprestar-morrer.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

BRASIL. Lei 9.514, de 20.11.1997. Dispõe sobre o sistema de financiamento imobiliário, institui a alienação fiduciária de bens imóveis e dá outras providências.

BRAVERMANN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983**. 15. ed. Brasília: Brasiliense, 1987.

BRITO, Paulo. **Economia brasileira**: planos econômicos e políticas econômicas básicas. São Paulo: Atlas, 2004.

COSTA FILHO, Samuel. **O neoliberalismo na economia brasileira. O que é neoliberalismo?** Texto de discussão n. 10. Teresina: Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí, v.1, n.10, abr. 2006, 30 p.

COUTINHO, Maria José Teles Melo. **Privatização e mudança da cultura organizacional**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos**. Jul. 1997. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/estjul97.xml>>. Acesso em: 06 mar. 2007.

EHREMBERG, Ronald G. e SMITH, Robert S. **A moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. São Paulo: Makron Books, 2000.

FREITAS, Newton. **História do Sistema Financeiro Nacional (viagem de 1808 a 2002)**. Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=165>>. Acesso em: 04 mar. 2007.

FURTADO, João. **Mundialização, reestruturação e competitividade**: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/mundiali.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2007.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INFORMATIVO CROSSING. **Panorama do Mercado**. Disponível em: <<http://www.crossing.com.br/clipp/materiais/pan050128.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2007.



KEYNES, John Maynardes. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAMOUNIER, Bolívar (Org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

LARANJEIRA, Sônia M. G. **Reestruturação no setor bancário: a realidade dos anos 90**. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/php?script=sci\\_artex&pidS0101-73301997000400006...](http://www.scielo.br/php?script=sci_artex&pidS0101-73301997000400006...)>. Acesso em 07 mar. 2007.

LESBAUPIN, Ivo. **A questão do trabalho nos tempos atuais**. 2004. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 08 mar. 2007.

LOPES, João do Carmo e ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Luiz Martins e VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: básico e intermediário**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAIA, Jayme. **Economia internacional e comércio exterior**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARX, Karl. **O capital: críticas da economia política**. São Paulo: DIFEL, 1987. lv. 3. v. IV.

\_\_\_\_\_. **O capital: críticas da economia política**. Círculo do Livro. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Lv. 1. Tomos 1 e 2.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MORAES JÚNIOR, Leonardo. **A evolução da reestruturação produtiva no setor bancário: repercussões sobre o emprego e sobre o trabalho no Brasil e em Teresina**. 1997. 137 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio. **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par perfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

PINHEIRO, Márcia. O telhado é de vidro. **Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 446, p 34-6, 30 maio 2007.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Liquidações extrajudiciais, privatizações e globalização financeira no Brasil: a crise no setor público financeiro na era do Real**. 2001. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/artigos/REVINGEO.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

POMPEU, José Guilherme Ferrer. **O orientador de bolso: recomendações para a elaboração de trabalhos acadêmicos.** São Paulo, Memnon, 2003.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial.** Textos para discussão n. 68. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/TD-68.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. *In*: GIAMBIAGI, Fábio e MOREIRA, Maurício Mesquita. **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999, pp. 411-63.

RAMOS, Alexandre Luiz. **Acumulação flexível, toyotismo e desregulamentação do direito do trabalho.** Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalização/toyotismodireito.html>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

REGO, J. M. e MARQUES, R. M. (Org.). **Economia brasileira.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SALVIANO JÚNIOR, Cleofas. **Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro\\_bancos\\_estaduais.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SCHIMITZ, Arno e MAHL, Alzir Antonio. **Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90.** Disponível em <[http://www.upf.br/cepeac/download/rev\\_n15\\_2000\\_art4.pdf](http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n15_2000_art4.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2007.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Pettrille. **Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho.** Educação & Sociedade. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.pdf/es/v20n67a06.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2007.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Nilson Araújo. **A longa agonia da dependência: economia brasileira contemporânea (JK/FH).** São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

SUA PESQUISA. **Capitalismo – História do sistema capitalista.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/capitalismo/>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

TROSTER, Roberto Luis. **Concentração bancária.** Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Serviços/Imprensa/Conc0404.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2007.